

O jardim da luz e os desdobramentos da urbanização paulistana

Maurício Rodrigues de Resende

Pesquisador

Jussara Parada Amed

Orientadora

Resumo

O Projeto em questão tem como objetivo estabelecer as relações do desenvolvimento urbano paulistano com o Jardim da Luz, desde o momento de sua concepção no final do século XIX, onde a população e os recursos da capitania paulista eram escassos, até as três primeiras décadas do século XX, quando os adventos da cidade de São Paulo já sintonizavam com o avanço tecnológico de uma nova metrópole. O Jardim da Luz serve como pano de fundo nesta contextualização, pois foi o primeiro local de lazer dos paulistanos e conviveu intimamente com as primeiras diretrizes urbanísticas da cidade.

Desta premissa, serão discutidas durante o projeto três fases marcantes da urbanização paulistana: o abastecimento de água do final do século XVIII até meados do século XIX, a estrada férrea São Paulo Railway na metade do século XIX até início do século XX e a explosão demográfica ocorrida no centro urbano durante as três primeiras décadas do século XX. Assim, entram em questão as citadas vertentes da urbanização paulistana e os devidos desdobramentos, tanto para o Jardim da Luz quanto para a população paulistana.

Palavras-chave: Urbanização. Jardim da Luz. Parque da Luz. Estação da Luz.

Abstract

This following project aims at analyzing the relation between the urban development in the city of São Paulo and the Jardim da Luz park, since the latter was created, in the late nineteenth century – when the population was small and the infrastructure was poor – up to the early twentieth century – when the technological progress of the city already indicated the great metropolis it was to be. The reason why we chose to study the Jardim da Luz park is that it was the first place for leisure centered in São Paulo, thus, it was built according to modern urban planning.

Of this premise, three different moments in São Paulo's urbanization as well as the consequences they had on the architecture of the park and on the population of the city: the water supply from the late eighteenth century up to the mid nineteenth century, the railway (São Paulo Railway) from the mid nineteenth century up to the early twentieth century, and the demographic explosion that occurred in the urban center during the first three

decades of the twentieth century.

Key words: Urbanização. Jardim da Luz. Parque da Luz. Estação da Luz.

Introdução

Ao observarmos a metrópole paulistana nos dias de hoje, sob a ótica da urbanização, é possível perceber que determinadas regiões são mais favorecidas, enquanto outras são desprovidas até de elementos que possibilitem o saneamento básico de sua comunidade. Fica então a questão: para quem é destinada a demanda da urbanização? Para isso, este trabalho retorna até o final do século XVIII e toma como pano de fundo o parque mais antigo de São Paulo: O Jardim da Luz. O local convive com a cidade desde meados do período colonial e, por muitas vezes, foi beneficiado ou prejudicado pelas ações urbanísticas, assim como a população paulistana. Em seus monumentos, em suas centenárias árvores ou pelas histórias contadas pelos descendentes de antigos frequentadores, é possível resgatar uma São Paulo que os paulistanos mais novos desconhecem.

O trabalho se estende até o século XX, durante suas três primeiras décadas e procura resgatar uma São Paulo além da *Belle Époque*, onde o Jardim e a população viviam e sofriam com uma cidade com crescimento desenfreado.

Capítulo 10 jardim da luz

O Parque da Luz é o parque mais antigo de São Paulo, localizado nas proximidades de onde se situava o antigo Caminho do Guaré. Concebido como Horto Botânico, teve seu início através de um Aviso Régio expedido em 19 de dezembro de 1798, por D. Rodrigo

de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado do Governo de Portugal. O Aviso foi enviado ao Capitão General Governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, mais conhecido como General Pilatos. A criação do Horto Botânico deveu-se à necessidade de propagar no Brasil o conhecimento de plantas que pudessem ser exploradas economicamente. Essa concepção de plantio foi adotada diversas vezes pela metrópole como exemplo da cana de açúcar, oriunda da Ilha de Açores. No Horto, também havia a intenção de se promover a agricultura com a transplantação e a introdução de novas plantas que se adaptassem ao clima da cidade (como o cacau e baunilha) e o cultivo de espécimes para produzir madeira para a indústria naval e fabricação de papel. Ou seja, criação do Horto Botânico foi definida pelo interesse econômico da Coroa, que procurava uma nova maneira de não só explorar, mas de manipular os recursos naturais da cidade.

As construções passaram por um período de abandono, sendo retomadas em 1808 com a vinda da família real. Mesmo assim, as obras se desenrolaram de forma lenta, devido a obstáculos de uma cidade ainda em formação, sendo o maior deles o abastecimento de água, que realizava um grande itinerário a céu aberto, sujeito a enormes quantidades de contaminação e outros agravantes como desvio de curso (abastecendo chácaras e fazendas, por exemplo) até chegar ao Jardim. O trajeto tinha início no Rio Saracura Grande,

atualmente Av. 9 de Julho, e finalizava o abastecimento no Jardim Botânico. A água chegava em quantidade reduzida, insuficiente para o funcionamento do Horto. Provavelmente por este motivo, o espaço foi aberto ao público em 8 de outubro de 1825, com a denominação de Jardim Botânico, pois era inviável o abastecimento para todas as árvores do local e o espaço precisaria ser reaproveitado de alguma forma, dada as circunstâncias dos investimentos iniciais.

O Jardim Botânico teve como seu primeiro diretor o Tenente General José de Arouche Toledo Rendon, um homem com fortes ligações com a família real, e que acumulava cargos na câmara e era proprietário de uma grande plantação de chá no Vale do Anhangabaú. O tenente assumiu a direção dos trabalhos de implantação do Horto Botânico em 1808, e levou-as até seu término.

A abertura do Jardim resultou no primeiro reduto de lazer para a população paulista e um dos pontos iniciais para seu desenvolvimento urbano. Essas melhorias trouxeram mais moradores e novas cartas de datas de terra concedidas para uma nova população. Mas também trouxe problemas, como por exemplo, se por um lado a área era de livre usufruto para qualquer cidadão, por outro lado impossibilitava a concessão de terras em áreas fronteiriças do Jardim, destituindo quaisquer privilégios para os proprietários de edificações particulares na região. Assim sendo, serão negadas concessões de terras, e datas de prédios particulares na praça que fica em frente ao lugar destinado ao Jardim Botânico¹. A demarcação de terras tornava-se

um problema cada vez mais visível e ações por parte das autoridades eram necessárias. A demarcação do espaço físico do Jardim demonstra claramente esta preocupação e sobretudo, a ação governamental em estabelecer limites, decidindo o que era público e privado, impactando diretamente no cotidiano e na mentalidade da população. Conforme a cidade crescia, o mesmo acontecia com a demarcação. Porém, comparando as plantas do Jardim dos anos vindouros, entende-se que o local teve uma área muito maior no passado.

Em 1838, iniciam-se mudanças no local, quando a Assembléia Provincial mudou o nome de Jardim Botânico para Jardim Público, manifestando de maneira oficial, a primeira área de lazer e descanso a população. Notamos neste momento, uma outra vertente da urbanização em processo: a oficialização de determinados espaços destinados ao lazer. O governo atrela então, o ensejo popular, manifestado pela reivindicação da população pelo seu espaço de descanso, com a necessidade de expandir o conceito urbanístico. Porém, diante deste panorama, o problema do abastecimento de água continua a assombrar cidade e o Jardim. Apesar da contradição existente, investimentos existiam, embora mínimos. Entre 1841 e 1842, foi construído um muro na frente do Jardim. Mesmo com melhorias, o Jardim era somente usado pela população aos finais de semana, devido à problemas com a iluminação noturna.

Em 1844, é solicitada junto a Assembléia uma verba orçamentária para um viveiro de árvores e plantas

¹ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 1824-1826, vol. XVIII

exóticas e que constam no Guia Botânico da Praça da República e do Jardim da Luz, do Dr. A. Usteri, publicado em 1919, dando indícios que a solicitação foi aceita. Este novo viveiro tinha o intuito de realizar um campo experimental com novas culturas, mas reunindo o útil e o agradável, continuando também o passeio público.

Em 1860, o Jardim Público apresenta um ótimo aspecto, compatível com os recursos de que dispõe. Devido ao desenvolvimento do café em São Paulo, o inspetor do Jardim, Antonio Quartim, entregou à Companhia Inglesa parte do terreno pertencente ao Jardim para a construção da estação e da estrada de ferro, cumprindo ordens do governo e com protestos da população, que via parte de sua área de lazer ser sacrificada em nome do progresso. Com este processo de concessão, uma grande quantidade de árvores foi derrubada. Dando continuidade a sequência de perda de terreno, novas áreas do Jardim foram cedidas para a construção do Liceu de Arte e Ofícios em 1873 e para a construção da Escola Modelo Prudente de Moraes em 1895. Neste período, ocorreu o alargamento da Rua Prates, onde houve nova derrubada de árvores. Todas essas concessões prejudicaram o Jardim, reduzindo seu arvoredo, interferindo em sua simetria e ainda deixando $\frac{1}{4}$ de seu terreno sem tratamento adequado, pois a verba para manter a parte cultivada já estava se esgotando.

Apesar dos problemas enfrentados, o Jardim passa por um processo de revitalização, em função da recepção aos visitantes da estrada de ferro, ganhando

um chafariz no centro da praça principal e um gradil para a proteção do tanque central. Neste momento, as reformas no Jardim só se acharam necessárias por causa do interesse dos governantes em uma nova população trazida pela estrada férrea e que iria favorecer diretamente a elite.

A implantação da estrada férrea contrastou em muitos aspectos na região da Luz. Talvez um dos mais visíveis foi a chegada de imigrantes, oriundos de diversas partes do mundo, e que chegavam de trem até a região central. A urbanização agora teria que atender os interesses dessa nova população, pois representavam um considerável aquecimento na economia da região. Desta maneira, processo de urbanização intensifica-se. As obras das estradas e da estação colocam-se em acelerado andamento, aumenta-se o número de lâmpões para iluminação pública, inicia-se as obras de estradas de rodagem e as reformas dos calçamentos das ruas, entre outros inúmeros empreendimentos. Em 1864, talvez pela retirada de várias árvores durante a concessão de terras do Jardim, a Câmara Municipal aprova uma conta para a “compra de seis dúzias de figueiras para replantar no caminho da Luz”.²

O processo de urbanização apresentava uma ambiguidade em particular: se por um lado, a cidade ganhava inúmeras benfeitorias, que refletiam diretamente ou indiretamente em sua população, um velho problema ainda rondava São Paulo: o abastecimento de água, que não havia alcançado progresso compatível com o desenvolvimento da cidade. Como era inviável no momento a canalização dos mananciais da Canta-

² Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Publicação Oficial do Departamento de Cultura. 1864

reira devido ao alto custo, a solução era a construção de vários chafarizes para abastecimento da população, inclusive dentro dos limites do Jardim Público.

O encanamento que transmitia água o Jardim estava danificado. Quando o Sr. Cândido Borges Monteiro assume a presidência da província, entre os anos de 1868 e 1869, providencia a canalização da água para o Jardim, diretamente do Tanque do Reúno. Porém, o encanamento é de baixa durabilidade, feito de papelão revestido de asfalto e que iria deteriorar-se nos próximos anos.

Em 1872, o presidente da província João Teodoro prioriza a organização do espaço público, criando incentivos para a elite cafeeira construir suas residências na cidade. Sendo considerado o grande urbanizador de São Paulo, Teodoro aplicou grande parte dos recursos provinciais na modernização e embelezamento da cidade, gastando metade do orçamento da província, gerando a contestação da oposição. Sua proposta de urbanização visava mais o lazer de pessoas ricas vindas fora da cidade do que a população propriamente dita, tendo em vista que sua gestão aconteceu em um período que a elite cafeeira começava a ocupar a região de Santa Efigênia e Campo Elíseos.

Apesar do papel preponderante de João Teodoro no processo de urbanização, suas ações só se tornaram possíveis devido a acontecimentos do início do século XIX, onde São Paulo começava a assistir o nascimento de um centro comercial. Em 1811, o primeiro diretor do Jardim, Tenente Rendon, foi designado a elaborar e efetivar arruamento e demarcação de uma área que seria denominada o “triângulo comercial paulista”, no momento que dirigia seus esforços para a implantação

do Horto Botânico. O tenente tinha interesses pessoais na implantação deste triângulo, pois possuía plantações de chá no Vale do Anhangabaú e priorizava as rotas para escoamento, mostrando claramente o sistema de urbanização atendendo o interesse da elite.

Em 1811, o “triângulo comercial” era delimitado pela localização de pontes de pedra, diferentes das pontes de madeira, de pouca durabilidade e sujeitas as ações depredadoras do clima. Podemos concluir que a província investiu mais na estrutura das pontes do triângulo, tendo em vista a circulação de mercadorias e o valor econômico que poderia representar. A primeira extremidade do triângulo se referia a Ponte do Anhangabaú, que divisava as freguesias da Sé e Santa Efigênia. A segunda extremidade era delimitada por três pontes: Sete de Abril, da Sé e do Brás e a terceira extremidade pelas ruas XV de Novembro, São Bento e Direita.

Porém, todo este processo que o tenente Rendon se empenhou não significou uma implantação efetiva do triângulo, e sim uma tendência à demarcação para estas regiões, tendo em vista que a circulação econômica pelas pontes não era tão intensa. Na segunda metade do século XIX, com a chegada da elite cafeeira para a região, foi-se estabelecendo aos poucos a limitação deste centro. A construção da estrada férrea e a urbanização implantada décadas depois por João Teodoro asseguraram a ascensão deste centro. O mais famoso empreendimento de João Teodoro foi no Jardim: uma torre de vinte metros de altura, que tinha como funções um observatório meteorológico e mirante e era conhecida jocosamente como “Canudo do João Teodoro”. Foi a primeira edificação na cidade nessas dimensões, atraindo a atenção de toda São Paulo. O motivo

de seu fechamento permanece uma incógnita, porém a torre foi demolida em 1900.

Ainda em sua gestão, João Teodoro mandou cultivar e arborizar o Jardim em toda sua área, encomendou do Rio de Janeiro esculturas representando as estações do ano e mais duas representando duas figuras mitológicas, Vênus e Adônis, para serem colocadas no Lago Cruz de Malta, um dos principais pontos turísticos do Jardim. O Jardim ganha nesse período uma nova iluminação, com 135 combustores a gás. Outro fato que muito marcou a gestão de João Teodoro foi à inauguração da primeira linha de bonde de tração animal, ligando a Praça da Sé à Estação da Luz, em 1872. O bonde passava pelos limites do Jardim.

104

Talvez o maior empreendimento feito por Teodoro fora o investimento no problema do abastecimento de água, não só do Jardim, mas da região central paulista. Além de mandar canalizar a região da Santa Efigênia e Consolação, Teodoro trocou toda a canalização do Tanque do Reúno para o Jardim e promoveu o saneamento e drenagem das margens do Tamanduateí, na tentativa de transformar os brejos existentes em jardins públicos. Logicamente, com a cidade em expansão, era preciso investir mais em termos de abastecimento. Com a construção da Estação Cantareira em 1877, dava-se a ideia do problema estar solucionado. Porém, a região ainda sofria com o abastecimento e também pelo saneamento básico, visto que a cidade tinha a céu aberto vários córregos e várzeas. A Cantareira ainda estava longe de atender toda a demanda de uma cidade em crescimento.

Apesar de muitas críticas feitas ao Presidente João Teodoro (uma gestão com métodos questionáveis, como o superfaturamento de obras, etc.), percebe-se sua preocupação em solucionar o problema da água. Como o abastecimento pela Cia. Cantareira não era totalmente eficaz, o Presidente volta a investir nos chafarizes e bicas. Porém, nos chafarizes ocorriam problemas que incomodavam os proprietários de chácaras e fazendas que residiam ali perto: eram o ponto de encontro de escravos, que frequentemente brigavam entre si, destruindo partes dos chafarizes, promovendo algazaras e adotavam os locais para encontros amorosos.³ Independente deste incômodo, os cursos de água dos encanamentos a céu aberto eram desviados para propriedades de fazendeiros, prejudicando o abastecimento das bicas e chafarizes. A construção de novas bicas e chafarizes, diante da ineficácia da fase inicial Cia Cantareira, foi uma medida paliativa, porém com a intenção de apaziguar os problemas existentes. Por outro lado, o presidente havia entendido que os diversos investimentos feitos na cidade atenderiam aos interesses da elite, possibilitando uma maior permanência da classe na metrópole e consequente aquecimento comercial. O que Teodoro talvez não tivesse imaginado foi que os seus investimentos foram o ponto inicial de um crescimento acelerado que aconteceria décadas mais tarde, impactando profundamente na população e no Jardim.

Capítulo 2 A época dourada

Entre 1881 e 1882, a área do Jardim é ampliada, Nessa condição, o Jardim perde sua forma pentagonal

³ GASPAR, Byron. Fontes e chafarizes de São Paulo. São Paulo: Conselho Est. de Cultura.p. 17-18,35-82.

para se tornar um trapézio. Ainda em 1881, é edificada uma gruta artificial no Jardim, nos moldes do paisagismo inglês.

A mentalidade da época era voltada a Belle Époque, que aconteceu em São Paulo em final do século XIX, onde a cidade se inspirava na cultura e arquitetura europeia. Esta inspiração, transparecida pela cidade em diversas edificações e na forma paisagística, encantava os cidadãos, dando-lhes uma impressão de “europerização” da metrópole. Esse pensamento manifestou-se no próprio Jardim, com a edificação da Casa de Chá e a construção do Coreto. Mesmo com algumas críticas durante décadas, o Jardim representou o principal ponto de encontro da sociedade paulistana. Por causa deste status, realizou-se em suas dependências a primeira quermesse abolicionista em São Paulo, ocorrida entre 1882 e 1884, promovida por Albert Thiebaut, o guarda livros da Casa Garraux, muito conhecida na época. Em 1893, o Jardim passa a ser administrado pela prefeitura, ao invés do estado. O prefeito Antonio da Silva Prado nomeou Antonio Etzel como administrador do Jardim, cargo que ocupou até sua morte, em 1930. Etzel introduziu um novo traçado ao Jardim, com uma rua circular contendo grandes gramados e adornado com jaqueiras. Grupos de árvores antigas foram reaproveitadas, formando alguns bosques e foi implantado um mini zoológico.

Foram construídos em 1901 durante sua administração um coreto que era utilizado para a exibição da Banda da Polícia Militar, a Casa do Administrador (restaurada e reinaugurada no ano de 2008) e a Casa de Chá (ou Ponto Chic), que tornou-se o ponto de encontro da elite paulista. Nela, os barões do café encontravam-se para discutir negócios ou simplesmente di-

vertir-se com bailes, com as Bandas da Polícia Militar tocando no coreto. Outro ponto que marcou a história do Jardim foi a inauguração da Herma Garibaldi em 1910 por Olavo Bilac. Durante anos, a colônia italiana realizava uma enorme festa em homenagem ao monumento, que retratava o revolucionário líder de diversas revoltas, dentre as quais a Farroupilha.

Toda esta transformação arquitetônica ocorrida no Jardim não era um fato isolado, mas sim diretamente ligada e inspirada nas transformações que ocorriam na paulicéia. A urbanização se tornou realmente visível e palpável para toda a população através de sua manifestação arquitetônica, inspirada pela França e Inglaterra. Tanto que em fevereiro de 1889, é estabelecida uma restrição à construção de novos chalés no triângulo urbano, porém permitido apenas no rural. Dá-se então, uma ideia que a madeira, matéria prima para a construção dos antigos chalés, remetia a um padrão interiorano, que acabou sendo superado na cidade por um novo padrão arquitetônico, onde edifícios e arranha-céus tinham como base as pedras, os tijolos e o cimento.

O período de ascensão do Jardim contrastou de diversas maneiras com a população paulista do século XIX. O Jardim passou a ser o cartão de visitas da cidade, tanto para as camadas mais pobres, que chegavam pela estrada férrea, procurando por novas oportunidades diante o desenvolvimento econômico de São Paulo, quanto para a elite, que fixava sua residência na capital paulista, deixando sua moradia no campo. Dentro dos limites do Jardim, edificações como a Casa de Chá, Coreto atendiam diretamente uma demanda burguesa, que ansiava por lazer no novo centro econômico brasileiro. Eventos como os passeios semanais

de automóveis dentro dos limites do Jardim reforçavam esta ideia, onde a elite poderia aproveitar o principal ponto de lazer da cidade.

Por outro lado, no que diz respeito aos mais pobres, devemos dar uma nova luz no papel do Jardim, pois o espaço também propiciava a manifestação popular em diversos âmbitos. As quermesses abolicionistas mostravam que o lugar também era palco de reivindicações populares. Os frequentadores entendiam o local como espaço público, e sendo assim, como espaço para suas manifestações. A Herma Garibaldi também teve um importante papel junto à colônia italiana, pois este imigrante, um estranho em terras brasileiras, tinha seu espaço dentro do Jardim e uma data para comemorar um evento correlacionado ao seu país, confraternizando-se com indivíduos de sua própria pátria. Estas manifestações colocam o Jardim não só como um local de recreação ou como um lugar que atendia as demandas elitizadas, mas sim um espaço onde a população manifestava e manifesta seu aspecto cultural, em variados desdobramentos.

Capítulo 30s anos da decadência

Após o início da urbanização na segunda metade do século XIX, a região da Luz vai angariar consigo o status do pólo central e comercial paulistano. Porém, este crescimento acelerado trouxe uma crescente onda de migrantes, deixando a região com um altíssimo índice demográfico. A ironia é que a própria estrutura da Estação da Luz contribuiu para a degradação do local. O pátio para manobra dos trens e os trilhos rede ferroviária que delimitavam a região tornavam-se um grande obstáculo para comerciantes de bairros vizinhos. Com isso, parte destes comerciantes muda-

se para a região da Luz. As consequências passam a ser óbvias: toda a estrutura urbanística implantada no século anterior não fora suficiente para abranger esta nova população. O lixo acumulava-se nas ruas, o sistema de água não conseguia atender toda a população e o serviço de saneamento praticamente nulo são alguns dos problemas apresentados. A região adquire um caráter de cidade funcional, onde as velhas estruturas não são preservadas e suplantadas pelas mais novas. O espaço comercial toma o lugar do residencial.

A elite começa a se mudar para outras regiões menos populosas, como o Jardim América, Higienópolis e Av. Paulista, carregando consigo os investimentos e interesses econômicos. Podemos encarar tal fato como uma higienização social onde a região da Luz, na parte baixa da cidade, era infestada de ruelas, contendo a miséria e pouca circulação de ar. Já a região da Paulista, era considerada um local mais alto, onde circulava mais ar, dando um aspecto mais “saudável”. Nessa higienização, podemos entender um processo de inclusão e exclusão social. A degradação que se assolou na região refletiu diretamente no Jardim. O local que fora o principal recanto da elite paulistana encontrava-se abandonado, tanto pelo seu “selecionado público burguês”, quanto pelos investimentos do governo. Como esta mesma elite já não residia na região, não interessava então ao estado investir no Jardim, uma vez que perdera seu status do século anterior. E esta elite começava a ter olhos para um novo tipo de entretenimento mais massificado, onde o teatro e o cinema despertavam uma maior atenção do público.

A acelerada degradação do local deu vazão para o surgimento de uma nova população com mendigos e marginais. O Jardim, por ser mal iluminado e pos-

suir um grande número de árvores, permitia a essa população marginalizada um local para suas atividades, como assaltos e mendicâncias. O Jardim ganha rapidamente a fama de um local perigoso, afastando de vez grande parte da população e quaisquer investimentos no local. Em 1930, o prefeito José Pires do Rio ordena a transferência dos animais pertencentes ao mini zoológico para o Parque da Água Branca e as estufas de plantas existentes no Jardim para o viveiro Manequinho Lopes, no Parque Ibirapuera. Ainda em sua gestão, foram retiradas as grades e os portões, dando espaço para a atividade de traficantes, mendigos e prostitutas. Aliás, o crescimento da prostituição no Jardim foi consequência direta do fechamento dos bordéis da região, ordenada também pelo prefeito Pires do Rio.

O Jardim então, fora vítima de seu próprio crescimento. A urbanização trouxe o progresso à região. O preço a ser pago, porém, foi muito alto. O governo opta em abandonar o local, assumindo-o de volta somente na década de 70. Hoje, com a alcunha de Parque da Luz, o local passa por um processo de revitalização, precedido pelo processo de tombamento nos anos 80. Porém, o caráter de outrora foi perdido para sempre.

Capítulo 4 Considerações finais

Um dos principais fatores a ser concluídos durante todo o processo histórico do Jardim da Luz coincide com uma constante em sua história: a urbanização é uma demanda da elite econômica. O abastecimento de água, por exemplo, só foi implantado em definitivo durante a gestão de João Teodoro, devido à construção da estrada férrea e o crescimento da demanda econômica. Ao analisarmos os anos anteriores, desde a

ordem régia em 1798 que deu origem ao Jardim, o sistema de abastecimento era deveras precário e não atendia à população. Pelo contrário, em seu trajeto, a água passava estrategicamente por localizações onde havia plantações, favorecendo uma elite econômica. Quando, já no século XX, as elites burguesas começam a migrar para outros bairros paulistanos, levam consigo todo investimento, deixando a região em completo abandono. A região e o Jardim da Luz passaram décadas sem investimentos, em grande processo de deterioração.

Um outro dado a ser considerado concluído refere-se ao público frequentador do Parque. Conforme relatado, apesar de ter sido criado com a intenção de ser um horto botânico, o Parque da Luz transformou-se a partir de 1825 no primeiro local de lazer para a população de São Paulo. Naquela época, o Parque abriu suas portas não somente para as elites, mas também para outras classes sociais, que incluíam escravos, imigrantes, trabalhadores e demais pessoas que não pertenciam à elite. Atravessando uma linha cronológica, verificamos que a elite e as demais classes sociais conviveram no Jardim durante todo o século XIX, passando pelo advento da estrada férrea e do café, até o final da administração Antonio Etzel, em 1930.

Com a explosão demográfica da cidade iniciada ainda na primeira metade do século XX, houve também a criação de um novo sistema de lazer. A elite encontrou novos meios para seu entretenimento, baseados em uma cultura de massa que incluíam cinemas, teatros, salões de dança, apresentações musicais entre outros. Uma cultura que as classes mais pobres não poderiam compartilhar, reforçando o papel do Jardim como opção de lazer para estas pessoas. A dita classe

alta paulista usufruiu do local apenas quando não tinha outra opção de lazer, mas deixaram de frequentar o Jardim assim que surgiram os entretenimentos em massa. Mesmo nos períodos mais críticos do Jardim durante seu abandono, a população mais pobre não deixou o local. Nos dias de hoje, essa mesma camada da população continua a frequentar o Parque. Há diversas manifestações culturais, como rodas de viola caipira, feitas pelos próprios frequentadores. Há também uma grande parte que simplesmente opta por uma conversa agradável de amigos em um fim de tarde. Existem também aqueles que simplesmente frequentam os bosques para sentar-se e ter uma leitura agradável ou simplesmente para contemplar a natureza local, com suas árvores centenárias, seus lagos e espelhos d'água e sua fauna.

Por outro lado, a elite raramente frequenta o Par-

que. Geralmente, só faz-se notar sua presença no momento de saída quando visitam a Pinacoteca e talvez por um senso de curiosidade, apenas “passam” pelo Parque, deixando de interagir com a sua história e natureza. Portanto, podemos concluir que, apesar de ter passado por vários momentos de declínio e ascensão, o Parque sempre cumpriu seu papel como espaço de lazer para aqueles que não tem opção de entretenimento, independente de classe social, como aconteceu em seu início. Porém, a elite optou por outros meios de lazer, e em muitos momentos não soube admirar e contemplar o que o local tem a oferecer. O fator mais importante para a elite era um determinado status que o Parque oferecia, em sua fase áurea. Mas por outro lado, desde seus tempos mais remotos, as classes populares da cidade “entenderam” para que o Parque servia. E mesmo em suas fases mais obscuras, souberam aproveitar estes momentos.

108

Referências Bibliográficas

ACTAS DA CÂMARA DA VILLA DE SÃO PAULO. In: Publicação Oficial do Arquivo Municipal e do Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo.

ANNAES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE SÃO PAULO. O Estado de São Paulo, 1926. Liv.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio, 1953.

CARTAS E DATAS DE TERRAS: (1801-1820). In: Public. Oficial do Arquivo Municipal. São Paulo.s/d.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993-2006.

CERNEJO, Carlos. GERODETTI, João Emílio. *Lembranças de São Paulo: A Capital Paulista nos cartões postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 1999.

COLEÇÃO História dos bairros de São Paulo. São Paulo. Divisão do Arquivo Histórico, 1969.

CARTAS RÉGIAS. In: DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO: Documentos Interessantes. 1967:111

DIMENSTEIN, Gilberto; SOUZA, Okky de. *São Paulo 450 Anos Luz*. São Paulo: ed. de Cultura., 2003.

DIVISÃO DE ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. In: ACERVO HISTÓRICO. São Paulo, n. 4, 2005.

ETZEL, Eduardo. *Vivendo Transformações (1906-1980)*. São Paulo: S/E, 1980

FREITAS, Afonso de. *Tradições e Reminiscências Paulistanas*. Itatiaia: Edusp, 1985.

GASPAR, Byron. *Fontes e chafarizes de São Paulo*. São Paulo: Conselho Est. de Cultura. p. 17-18,35-82.

HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL. In: ANAIS DO MUSEU PAULISTA. São Paulo: Museu Paulista da USP, 1993.

REGIÃO DA LUZ. In: INSTITUTO CULTURAL ITAÚ. São Paulo: ICI, 1997.

IZZO, Alcino Jr.; MEYER, Regina Maria Prosperi. *Pólo Luz: Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo: Editora Martins, s/d.

LOPES, Carlos de São Thiago. *São Paulo de Hontem*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

MARQUES, Azevedo. *Quadro Histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822*. In: Secretaria da Cultura. s.d.

MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo*. São Paulo: Secretaria de Esportes e Turismo. S/D.

PÓLO LUZ: SALA SÃO PAULO, CULTURA E URBANISMO. In: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. São Paulo: 1999.

PORTA, Paula. *História da Cidade de São Paulo: Volume 1*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PORTA, Paula. *História da Cidade de São Paulo: Volume 2*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PORTA, Paula. *História da Cidade de São Paulo: Volume 3*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO DEPARTAMENTO DE CULTURA DE SÃO PAULO. In: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na Paulicéia*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.

REGISTRO DE LIVROS E CARTAS E DATAS. In: DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. São Paulo, 1937.

REGISTRO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. In: Arquivo Municipal/Departamento de Cultura. São Paulo 1917/1946.

RELATÓRIOS DE PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. In: Arquivo do Estado de São Paulo.

RELATÓRIO DO PREFEITO, RELATÓRIO DE 1901: apresentado à Câmara Municipal por Antonio da Silva Prado. São Paulo: Ed. Vanorden. 1901.

RELATÓRIO DOS ANAIS DA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL, 1875 In: ARQUIVO ESTADO DE SÃO PAULO.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL: 30 anos de DPH. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico Municipal, 2006.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *Cidade das Águas: Usos de Rios, Córregos, Bicas e Chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SANTANA, Nuto. *O Jardim da Luz*. São Paul. In: Revista do Arquivo Municipal, 1939.

SANTANA, Nuto. *São Paulo Histórico I e II*. Departamento de Cultura de São Paulo. São Paulo. 1937.

SÃO PAULO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. In: DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Correspondência do então Governador e Capitão General de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Período 1797 e 1802. 1967. v 89.

SÃO PAULO. Secretaria do Verde e Meio Ambiente. In: Departamento de Parques e Áreas Verdes. *Guia dos Parques Municipais SP*. São Paulo. 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1998-2000.

SILVA, Ernani Bruno. *História e Tradições da Cidade de São Paulo: 3 vol, Comemoração do IV Centenário de São Paulo*. 1954.

110 TAUNAY, Afonso de Escragnole. *São Paulo nos Primeiros Anos 1554/1601: São Paulo no Século XVI*. São Paulo: Editora Paz e Terra; 2003.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O Jardim da Luz*. In: Prefeitura do Município de São Paulo.S/E, 1967.

USTERI, A. *Guia Botânico da Praça da República e do Jardim da Luz*. In: Prefeitura do Município de São Paulo.S/E,1919.